

RELATÓRIO TÉCNICO APRESENTADO À FAPERJ
Edital APQ 1 / 2019 (Processo nº E-26/010.001832/2019)

Título: Conflitos e resistências dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes/RJ na entrada do século XXI - o caso dos catadores do lixão e dos moradores da favela da Margem da Linha.

Figuras 1, 2 e 3. Manifestação pública dos Catadores (2013); Catadores na Cooperativa Reciclar (2015) E Catadores na Cooperativa Nova Esperança (2016)



Fonte: Acervo NETRAD/UFF.



Fonte: Jornal Unirau (FARIA, 2015, p. 72).

Figuras 4 e 5. Mobilização dos Moradores da Favela da Margem da Linha contra a sua remoção (2014) e Reunião dos Moradores da Margem da Linha com o ITERJ



Coordenadora: Érica Terezinha Vieira de Almeida

UFF - Universidade Federal Fluminense

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Departamento de Serviço Social de Campos

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

Área: Serviço Social

Sub-área: Serviço Social Aplicado

Bolsistas (2020 a 2023):

- . Tatiane Leite Soares (UFF/ PROAES, 2020; IC PIBIC/UFF, 2021)
- . Franciele da Silva Pessoa (PIBIC/ UFF/ CNPQ, 2020)
- . Letícia Ramos Dias Campos (IC FAPERJ, 2022)
- . Evellen Valadares de Oliveira (IC FAPERJ, 2023/24 e 2024/25)
- . Wiliany Pereira Codeço da Graça (PIBIC Voluntário, 2023/24)
- . Júlia Oliveira Soares Velloso (PIBIC 2024/25)

Agradecimentos:

À Universidade Federal Fluminense, em especial, ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, UFF/Campos, ao Departamento de Serviço Social de Campos e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas pelo apoio às atividades do projeto de pesquisa e pelas bolsas UFF/PIBIC e de Desenvolvimento Acadêmico;

À FAPERJ pelo seu compromisso com o fomento e a divulgação da pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro e por todo o apoio ao projeto em tela e, também, pelo fomento à Iniciação Científica responsável pela inserção dos graduandos na pesquisa e futuros alunos e pesquisadores dos PPGs;

Às lideranças do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis pelo apoio às atividades do projeto junto aos catadores nesses 10 anos;

À Defensoria Pública de Campos dos Goytacazes, instituição que acolheu os catadores de recicláveis do lixão desde 2011 e, mais recentemente, acolheu os moradores da favela da Margem da Linha na luta pelos seus direitos fundamentais como o direito ao trabalho e à moradia;

Aos bolsistas pelo compromisso e engajamento nas atividades de pesquisa, que no nosso caso, se confundem com a luta dos sujeitos pesquisados e suas necessidades;

Aos Catadores cooperados das quatro cooperativas de Campos (Reciclar, Cata Sol. Nova Esperança e Renascer) pela acolhida de sempre e pelo envolvimento nas atividades da pesquisa, mesmo durante os tempos difíceis da pandemia da Covid -19;

Por último, agradeço à Presidente da Associação dos Moradores da Margem da Linha e à equipe do Centro Juvenil São Pedro pela acolhida generosa e pelo apoio na realização das primeiras atividades de pesquisa na Comunidade (entrevistas para o documentário), já em um período “mais brando” da pandemia da Covid 19 e aos moradores pelo seu tempo e adesão às atividades da pesquisa - ação.

A todos e todas, os meus mais sinceros agradecimentos. E que possamos continuar juntos!

SUMÁRIO

1. Sobre o Projeto de Pesquisa

1.1. Considerações teórico-práticas sobre os “sujeitos - objetos” desta pesquisa

2. Resultados alcançados

2.1. Uma pesquisa em tempo de pandemia: desafios metodológicos e adiamentos

2.2. Conflitos, Ação Coletiva e Resistências nas periferias urbanas de Campos dos Goytacazes/RJ – o caso dos catadores de recicláveis do lixão e dos moradores da Favela da Margem da Linha

2.3. Protagonismo e trajetória das Catadoras de Materiais Recicláveis – do lixão às Cooperativas

2.4. Um ponto “fora da curva” – a resistência dos moradores da Margem da Linha à remoção implementada do Programa Municipal de Moradia de Interesse Social Morar Feliz

3. Produção acadêmica (bibliográfica e técnica) no período de 2020 a 2024

1. Sobre o Projeto de Pesquisa

1.1. Considerações teórico-práticas sobre os “sujeitos - objetos” desta pesquisa

Este relatório trata do processo de modernização da Região Norte Fluminense e da sua recente inserção no novo padrão de acumulação, sob a hegemonia do rentismo e da ação dos Grandes Investimentos na Região Norte Fluminense e seus impactos socioespaciais, tendo como referência os **conflitos e as resistências dos sujeitos periféricos na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**. Pretende-se, também, problematizar o processo avançado de empresariamento e, conseqüente privatização da cidade e dos seus espaços públicos em detrimento do “direito à cidade” (Lefebvre, 1991). Transformada em mercadorias, as cidades brasileiras, desde os anos de 1980, vêm sofrendo um processo violento de uma nova forma segregação socioespacial e racial (Caldeira, Vilaça), distinta daquela apresentada na forma Centro/Periferia (Kowarick). Essa nova forma de segregação tem fortes vínculos com a nova fase de hegemonia do capital financeiro que se manifesta nos GIs que se espriam de norte a sul do País em atividades relacionadas à exportação de commodities agrícolas, por excelência, mas, também, de minerais, dentre outros. Diferente da segregação dos anos de 1960, 1970, oriunda do processo de expropriação dos colonos e moradores das antigas Usinas de açúcar e álcool da Região, e sua migração em direção às margens da cidade, completamente estéreis e desprovidas dos serviços públicos essenciais, essa nova modalidade de segregação está ligada às novas expropriações empreendidas pelo capital no seu movimento de reprodução ampliada, como sugere Harvey e o seu conceito de “acumulação por despossessão”. Para o autor, os processos de expropriação fruto da ação neoeextrativista e neodesenvolvimentista na América Latina, pós-década de 1980, estão diretamente relacionados às estratégias do capital no enfrentamento da sua crise de superacumulação (Harvey, Svampa).

Esse projeto de ocupação de territórios que vem avançando e modificando drasticamente a propriedade, assim como, o uso do solo no País, tem provocado um violento processo de expropriação das Comunidades Tradicionais, no campo, e dos moradores de periferias no caso das cidades brasileiras. No caso da questão urbana (Harvey), as disputas em torno da propriedade e uso e controle do espaço urbano entre os agentes do capital imobiliário, governos e os moradores marcaram as primeiras décadas deste século, em favor dos interesses dos GIs que, por sua vez, vem privatizando os poucos espaços públicos existentes e removendo, de modo violento,

moradores e comunidades urbanas inteiras que se opõem ao seu projeto. De modo geral, essas remoções forçadas levadas a cabo pelos governos municipais são justificadas por discursos que, quase sempre conseguem legitimação social, como o caso dos projetos de requalificação dos centros e de outras áreas abandonadas e do “risco social”. Essa retórica, sem nenhum fundamento, vem violando os direitos fundamentais de uma parcela significativa da classe que vive do trabalho, sobretudo das suas frações mais subalternas, gerando conflitos e, também, resistências.

A Região de Campos dos Goytacazes nas duas primeiras décadas do século XXI foi marcada por inúmeros protestos, manifestações, greves, paralisações e resistências protagonizadas por diferentes grupos sociais, no campo e na cidade, particularmente nas suas periferias. Dentre essas manifestações coletivas, chamaram atenção a presença dos **catadores de recicláveis** do antigo lixão da Codin, fechado em 2012, e dos **moradores da Margem da Linha**, uma favela constituída nos anos de 1960 por trabalhadores rurais da antiga Usina do Queimado e que teve a sua remoção iniciada no ano de 2012, por um Programa municipal de Habitação de Interesse Social, o Programa Morar Feliz, entre 2009 e 2016.

Esses dois movimentos de resistência envolvendo grupos subalternos das periferias urbanas distinguiram-se dos demais, inicialmente, pela sua diferenciação quanto aos protestos espontâneos e pontuais dos demais grupos identificados em uma pesquisa hemerográfica (Almeida, Carvalho, 2020), seja pela sua capacidade de articular uma rede de apoio político e institucional, seja pela sua organização coletiva e do tempo de resistência. Além disso, destaca-se também a formação de parcerias e alianças não apenas para resistir às iniciativas do poder público, mas, também para construir respostas e alternativas às mesmas, na perspectiva das suas necessidades e interesses. Não por acaso, esses movimentos foram fundamentais para denunciar as alianças políticas dos governos locais com as frações da burguesia agrária, empresarial e rentistas, organizadas em torno da privatização dos serviços públicos e da reorganização do espaço urbano. Dentre eles, estão os proprietários de terra, herdeiros das antigas Usinas que tiveram seu processo de falência, majoritariamente entre os anos de 1980 e 1990 e os interesses em torno do parcelamento dos seus latifúndios improdutivos. Uma forma de se anteciparem à pressão do Movimento Sem Terra pelo uso dessas terras para fins de Reforma Agrária, considerando o volume das dívidas públicas e trabalhistas das antigas usinas. Localizada no entorno da cidade, essas terras vêm se valorizando com o novo eixo de crescimento da cidade e de valorização imobiliária, um novo nicho de valorização do capital rentista.

Tanto os catadores, quanto os moradores da Margem da Linha são vítimas dos negócios articulados pelas grandes empresas de capital nacional e transnacional com empresários locais e grandes proprietários de terra intermediados pelo Estado em escala local e supra local, como foi o caso do Porto do Açú, a partir de 2007, no município de São João da Barra, cidade vizinha, mas que teve um grande impacto na reestruturação do espaço urbano de Campos, considerando a proximidade e a influência nos negócios imobiliários, prioritariamente, na construção de condomínios horizontais urbanos para famílias de alta renda, seguindo a lógica do que Caldeira chamou de “enclaves fortificados” e, por conseguinte, “de neoliberalização do espaço urbano”(Peck, Theodore, Brenner). Para esses autores, não se trata apenas de “viver em segurança” em espaços privados e homogêneos, mas da legitimação de um modo de viver em “distinção” como diria Bourdieu, entre os “iguais” e distante da diversidade das cidades. É a negação da cidade (Fany Carlos), reproduzindo e fortalecendo o projeto de uma sociabilidade não mais mediatizada pelos direitos coletivos e, portanto, de cidadãos ante o Estado. Como já afirmou Wacquant, o neoliberalismo resulta da “articulação entre o Estado, mercado e cidadania que

aparelha o primeiro (o Estado), para impor a marca do segundo (o mercado) à terceira”. O que está em jogo por este projeto neoliberal de urbanização é o projeto de ruptura com a própria cidade (Trindade, Amusquivar), como lugar de encontro e de diversidade e de direitos coletivos que recupere as necessidades e os interesses das classes subalternas (Lefebvre).

Como já apresentado esta pesquisa teve como estudo exploratório os relatórios de uma investigação anterior (2017-2019) sobre conflitos e mobilizações coletivas na Região Norte Fluminense (ALMEIDA, 2020). A análise sobre os conflitos e projetos em disputa, no caso dos catadores e dos moradores da favela da Margem da Linha nos permitiu também um olhar mais qualificado para analisar a relação entre o Estado e os GIs, em detrimento da cidadania e da democratização das esferas públicas, processos que vem sendo cada vez mais tensionados e desvalorizados desde o “golpe jurídico - parlamentar” de 2016 (Fleury, Pinho), impondo uma agenda de restrições às mobilizações e à própria reprodução política dos grupos subalternos. Segundo Ribeiro (2009), o espaço urbano vem sendo ocupado, cada vez mais, por velhos e novos atores sociais e políticos com diferentes interesses, mas, também, com orientações culturais e experiências políticas diversas, o que vem demandando um olhar mais atento sobre esse processo de ressignificação da experiência urbana e às ações coletivas mobilizadas por movimentos menos visíveis, valorizando cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos. Esta recomendação de Ribeiro (2009) não só nos levou a construir um projeto de pesquisa centrado na ação política desses dois novos atores políticos, como também, nos fez retomar a indicação de Telles (1992), no que se refere ao enquadramento ídeo-político e cultural desses sujeitos subalternos. A proposta de investigar a ação coletiva de grupos subalternos residentes nas periferias de Campos, tem sido uma excelente oportunidade para dar prosseguimento estudos sobre os dilemas da cidadania e sua relação com o protagonismo dos “de baixo” na esfera da sociedade civil, tanto no que se refere à luta pela superação do padrão deficitário da nossa cidadania, incapaz de proteger a todos de modo equânime, quanto no que diz respeito à criação de novos direitos, de modo a garantir o reconhecimento das novas necessidades sociais, materiais ou não.

Os temas do trabalho em tempo de desemprego estrutural, de crescimento das formas de precarização e dos processos de expropriação dos meios de vida têm uma centralidade e uma relevância que merecem maiores aprofundamentos na escala local, sobretudo, se considerarmos a transição de uma economia assentada na monocultura da cana para uma economia do petróleo, considerada como “enclave” pela sua incapacidade de dialogar com a Região, com as suas cadeias produtivas e com os múltiplos interesses locais/regionais como aponta CRUZ (2003). Interessou, também, um diálogo com os autores que chamam atenção para a relação entre a nova morfologia do trabalho e a fragmentação operada na experiência da “classe trabalhadora” e suas sequelas como a fratura na solidariedade de classe e, por conseguinte, na sua representação enquanto tal. Ademais, o avanço do conservadorismo associado ao aprofundamento da agenda neoliberal não tem sido assegurado apenas pelo consentimento, seja ele ativo ou passivo, este último forjado pela insegurança do desemprego estrutural, pela ausência da renda e de uma política pública de seguridade social universal, mas, sobretudo pela adesão de frações da classe que vive do trabalho à ideologia do individualismo, do empreendedor de si, da competitividade e da prosperidade, acionada e estimulada por um conjunto diverso de “aparelhos privados de hegemonia burguesa”. Com elas e a partir delas as “saídas individuais” se sobrepõem à ação coletiva na defesa dos direitos de cidadania e das políticas públicas, enfraquecendo as resistências coletivas e a politização da vida social nas periferias e abrindo “as portas” para um conjunto de práticas de

controle com destaque para o clientelismo, de intimidação, de repressão e de ameaça incluindo a criminalização dos movimentos e a militarização dos conflitos. Se, por um lado, o retorno de um governo progressista e comprometido com a democratização do País representou um pequeno “freio” às práticas neofascistas de intimidação e violência material e simbólica, por outro, o processo de democratização continua sendo desafiado cotidianamente por grupos e instituições na sociedade política e na sociedade civil, ou como diria Gramsci, no Estado ampliado.

Esse cenário de violência política contra movimentos sociais, partidos “progressistas” e ativistas que vem avançando na América Latina e, no Brasil, sobretudo depois do “golpe de 2016” não deixa de ser uma forma de intimidação ao processo de politização das periferias, com a única intenção de afastar as classes subalternas ou os sujeitos periféricos (D’Andrea) das experiências de resistência e da luta coletiva pelos interesses compartilhados socialmente e de retorná-las ao lugar de “clientes” do “novo coronelismo” na Região (CRUZ), protagonizado pelos prefeitos e líderes políticos dos municípios petrorrentistas. Nesse sentido, além de levantar algumas considerações sobre o debate acadêmico sobre ação coletiva nas periferias em cidades de porte médio e do interior, como é o caso de Campos, este relatório também nos apresenta um momento de reflexão sobre os desafios relativos ao ativismo dos “de baixo” e à socialização da política na cidade de Campos e na Região, fundamental ao enfrentamento dos dilemas ligados à cidadania e ao alargamento e democratização das esferas públicas locais de modo a avançarmos no reconhecimento dos direitos em uma perspectiva interseccional (classe, raça e gênero), sobretudo se levarmos em consideração a cultura política hegemônica que reatualiza as relações de subalternidade e a clientelização da política, como veremos nas duas experiências.

2. Resultados alcançados

2.1. Uma pesquisa em tempo de pandemia: desafios metodológicos e adiamentos

Antes de apresentar a dinâmica e os resultados da pesquisa, faz-se necessário salientar que, desde 2013, venho desenvolvendo um trabalho de **pesquisa e extensão com o grupo de catadores de recicláveis do antigo lixão da cidade**, na perspectiva da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1995), o que me concedeu um certo privilégio e proximidade com este grupo, sobretudo, em tempos de pandemia e de desafios à pesquisa de campo. Fruto da sua mobilização coletiva, os catadores, atualmente, encontram-se organizados em quatro cooperativas e realizando a autogestão coletiva do trabalho. Um outro aspecto que merece consideração diz respeito à **pesquisa-ação**, modalidade de pesquisa implementada junto aos catadores, segundo a qual suas ações extrapolam os limites apresentados por uma investigação tradicional, de modo a criar um ambiente de confiança e de troca de saberes, tendo como referência as dinâmicas, as tensões e os conflitos, sejam eles relativos ao próprio grupo ou aqueles referentes às relações com as instituições envolvidas. Para Thiollent (1985,p.14), “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”. E mais, ela não se confunde com o ativismo, ainda que tenha como finalidade e particularidade construir sujeitos coletivos a partir dos problemas elencados pelos grupos sociais envolvidos e do próprio desenvolvimento da pesquisa, sugerindo que a pesquisa-ação possa realizar, ao mesmo tempo, as tarefas de investigação, socialização e apropriação coletiva dos resultados e encaminhamento político. Em outras palavras, a pesquisa-ação constitui-se em um instrumento de percepção coletiva dos conflitos, nos quais os atores estão envolvidos e, por conseguinte, de sua organização coletiva e tomada de decisões.

Além disso, a metodologia de pesquisa-ação é extremamente adequada ao trabalho com grupos subalternos e periféricos na perspectiva da sua autonomia política, a partir da valorização do seu saber, das suas trajetórias e vivências cotidianas, da sua cultura e do seu discurso, sempre confrontados entre si, com a equipe da pesquisa e demais parceiros e na esfera pública. A afirmação dos seus interesses é essencial no processo de construção da confiança e da solidariedade necessárias ao desenvolvimento do projeto. Sales, Ferro e Carvalho (1984) destacam que “a vontade coletiva é algo mais profundo do que interesses imediatos e será descoberta e organizada no processo coletivo e continuado de consulta e confronto a respeito da origem e superação dos problemas”. No caso dos catadores, o respeito a sua forma particular de pensar a sua organização coletiva, assim como, os seus repertórios, relações interpessoais e de grupo e as suas formas de pensar e de representar o mundo foram essenciais para dar legitimidade à proposta de pesquisa apresentada pelo grupo de trabalho da UFF e para a criação dos vínculos necessários ao desenvolvimento do projeto.

Iniciada **em março de 2020**, a pesquisa em tela ocorreu de modo concomitante com o início da pandemia da Covid – 19, no Brasil, e seu período de isolamento imposto pelas autoridades de saúde. Além disso, os recursos do APQ 1 só foram liberados em junho de 2021. A associação desses dois fatores acabou contribuindo para o adiamento da pesquisa de campo com os catadores e moradores da Margem da Linha. Em contrapartida, o período de reclusão foi fundamental para o processo de pesquisa bibliográfica e de análise crítica dos “cadernos de campo” e “entrevistas” realizadas com estes sujeitos entre 2013 e 2019. Com o relaxamento das regras de contato, eu pude entrevistar as novas lideranças das cooperativas e suas representações sobre as cooperativas e seus desafios e, também, sobre os conflitos pós-cooperativas, principalmente, aqueles com o poder público.

Os impactos da pandemia não se restringiram à pesquisa, catadores foram duramente atingidos pelo fechamento das escolas, comércio, serviços de saúde, dentre outros, o que exigiu que as cooperativas se mobilizassem em torno da sua inclusão nos programas de auxílio de renda e de cestas básicas. Além disso, o governo e a concessionária foram “pressionados” a implementar um conjunto de medidas de profilaxia no trato dos resíduos e nas cooperativas. Em síntese, o contexto de pandemia agravou, ainda mais, as condições de vida desta fração mais precarizada e empobrecida da classe que vive do trabalho que, desde 2016, já vinha sendo penalizada pelo desemprego e precarização do trabalho e, ainda, pelos cortes sistemáticos nas políticas públicas e programas socioassistenciais e pelas contrarreformas, de caráter neoliberal, legitimadas pela captura ultraliberal do Estado, fazendo avançar o projeto de desmonte do Estado social. Dentre os retrocessos nas políticas públicas, entre o período de 2019 – 2022, estão a aprovação do PLANARES (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), sem a participação da sociedade civil e do Movimento dos catadores (o MNR), a abertura para a importação de resíduos sólidos impactando o preço dos resíduos comercializados pelos catadores e a falta de observância e de implementação dos princípios e diretrizes da PNRS (2010) que priorizam a inclusão dos catadores nos municípios, por intermédio do fortalecimento e da contratação das suas cooperativas/associações para a realização da coleta seletiva.

Em junho de 2021, com a liberação dos recursos financeiros pela Faperj voltamos a contactar as quatro cooperativas para a realização de uma pesquisa quanti- qualitativa com seus cooperados e novas entrevistas. **Em novembro de 2021**, iniciamos a aplicação de 44 formulários (com questões fechadas e abertas) junto aos cooperados das quatro cooperativas, o que representou uma amostra de 74,57% do universo de cooperados. Concluída essa etapa, demos início ao trabalho de digitação

dos resultados em um banco de dados e, após às primeiras análises, iniciamos as entrevistas semiestruturadas com as catadoras, mulheres negras de diferentes gerações, segmento majoritário nessas organizações, de modo a contribuir para uma análise das intersecções presentes no cotidiano dessas trabalhadoras, mães, trabalhadoras e sujeitas políticas e, também, com os jovens catadores das cooperativas, haja vista o crescimento desse segmento durante e depois da pandemia, com a finalidade de compreendermos a percepção dos mesmos quanto ao trabalho e o seu nível de satisfação.

Quanto à pesquisa na favela da Margem da Linha, os impedimentos sanitários relativos à observação participante e às entrevistas com os seus moradores me levaram a adiar a nossa entrada no campo, que só aconteceu após o início da vacinação em massa. O primeiro contato na Margem da Linha foi no **início do ano de 2022**, com a Associação de Moradores, onde apresentamos a pesquisa e seus objetivos e conversamos sobre a possibilidade de iniciarmos o nosso trabalho de campo a partir da produção de um documentário sobre aquela comunidade urbana e seus moradores, incluindo o processo de resistência à remoção, como uma resposta coletiva dos seus moradores, em 2014. O documentário foi pensado junto com o grupo da Associação de Moradores e os parceiros do Centro Juvenil. Cabe lembrar que o documentário abordaria tanto a história daquele “lugar” pela narrativa dos seus moradores que resistiram à remoção e que, portanto, continuam residindo na Margem da Linha e, também, por alguns dos “removidos”, no sentido de trazer as experiências e representações dos dois grupos, enriquecendo a discussão acerca da remoção. Além disso, o documentário funcionaria tanto como uma estratégia da nossa entrada no campo, quanto como um instrumento de mobilização dos moradores a refletirem sobre o sentido do morar na Margem, depois de 10 anos de resistência à remoção, e a projetar, de modo coletivo, as suas expectativas com relação àquele “lugar”, considerado por eles como um lugar de afetos, de sociabilidades e de autogestão coletiva.

Em outubro de 2022 iniciamos as entrevistas e as filmagens para o documentário. Foram 16 entrevistas filmadas com os moradores, com o consentimento dos mesmos, sendo 14 moradores que resistiram à remoção e 2 ex-moradores, removidos para um condomínio do programa municipal de habitação popular “Morar Feliz”, conhecida como Tapera 3. Dentre os entrevistados, cabe destacar um grupo de jovens da favela, de modo coletivo. Também foram entrevistados a Coordenadora e o Assistente Social do Centro Juvenil São Pedro, uma ONG sediada na favela da Margem da Linha voltada para a educação infanto-juvenil e que desempenhou um papel de extrema relevância junto aos moradores durante o processo de resistência à remoção. Além deles, entrevistamos, também, duas pesquisadoras da UENF que acompanharam “de perto” o conflito da remoção. Ao todo foram 20 entrevistas, compondo um mosaico de percepções e representações extremamente importantes para a compreensão do processo de remoção e outros eventos, percepções e conflitos, antes e depois da remoção, para além da bibliografia sobre o empresariamento e a reconfiguração do espaço urbano de Campos, representado pela expansão dos condomínios horizontais fechados ou “enclaves” (Caldeira) na produção de uma nova segregação socioespacial e racial nas periferias.

A produção do documentário incluiu a elaboração de um roteiro inicial com perguntas sobre origem, infância, trabalho, casamento, filhos e, em especial, sobre sua relação com a Comunidade e como cada um/uma vivenciou e significou o processo de remoção. As entrevistas aconteceram durante todo o ano de 2022 e possibilitaram uma maior convivência com os moradores, estreitando os laços entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados e possibilitando a nossa participação em outras atividades comunitárias que foram redesenhando a pesquisa-ação e abrindo espaço para

novas ações coletivas em defesa do lugar onde eles pretendem permanecer e da maneira como querem permanecer, o que inclui a regularização fundiária e o conjunto de direitos urbanos, como água de qualidade e suficiente, esgoto e galeria de águas pluviais. Como eles mesmos dizem, “o poder público passa aqui, mas não nos enxerga”, em alusão aos canos, fios e manilhas que promovem o bem-estar e os direitos à urbanidade dos seus vizinhos, os moradores dos condomínios residenciais de alto padrão e que motivou a remoção de 2014.

Em junho de 2022, oito anos depois da remoção do “Morar Feliz”, a Associação de Moradores da Margem da Linha requereu ao ITERJ (Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro) a sua regularização fundiária. Em **dezembro de 2022**, a Comunidade da Margem recebeu a equipe do ITERJ para os levantamentos iniciais, em conformidade com a Lei 13.465/2017, REURB, que trata sobre a regularização fundiária urbana, dentre outros processos de urbanização. Dando continuidade ao REURB, foi realizado o Diagnóstico do núcleo urbano informal e sua classificação; a delimitação da poligonal do núcleo a ser regularizado; o cadastramento dos moradores e a realização de pesquisas cartorárias, que tem sofrido atraso em virtude de ausências de informações sobre a comercialização das antigas terras da Usina do Queimado, proprietária de grande parte da área ocupada pela Margem da Linha. A ausência de dados nas instituições públicas (prefeitura e cartórios) tem atrasado a etapa de pesquisa cartorária e a posterior notificação dos atuais proprietários. A presidente da Associação em parceria com a coordenação da pesquisa tem promovido encontros do ITERJ, da Defensoria Pública com os moradores, assim como com o poder público e concessionária de água, sobre o projeto de urbanização e de regularização fundiária para a favela da Margem da Linha. Cabe ressaltar que não se trata apenas de falta de informação ou de excessos de burocratização, os desafios ao processo de regularização fundiária e à urbanização da Margem encontra oposição política dentro e fora do Estado, na sua dimensão local, considerando os interesses especulativos para aquele território. Já são mais de 2 anos de espera, ainda que as conversas estejam sendo realizadas na comunidade e junto às instituições e enquanto os moradores aguardam o tempo institucional, as expectativas diminuem, assim como, a crença de que o Estado estará ao seu lado. Enquanto isso, novas investidas de grandes grupos financeiros - imobiliários e comerciais são anunciadas no entorno da Margem.

2.2. Conflitos, Ação Coletiva e Resistências nas periferias urbanas de Campos dos Goytacazes/RJ – o caso dos catadores de recicláveis do lixão e dos moradores da Favela da Margem da Linha

Em Campos, os conflitos protagonizados pelos moradores, em especial, os das margens e periferias, nos oferecem importantes pistas sobre a relação entre tais conflitos e o processo histórico de urbanização sem urbanidade, no qual os direitos individuais e sociais não fizeram parte da cidadania dos “de baixo” como nos afirma Kowarick em “viver em risco” (Almeida, Carvalho). Como se não bastasse um cotidiano de ausências de direitos sociais, os periféricos, historicamente marginalizados e criminalizados, carecem do direito mais fundamental que é o direito à vida e à vida com dignidade e cidadania. A violência de grupos armados em confronto diário com outros grupos e com o próprio Estado vem colocando em risco de morte cotidiana, crianças, jovens e adultos da classe que vive do trabalho em uma condição de vulnerabilidade socioeconômica e civil (Kowarick). Tendo como referência os dados do Censo de 1991 (IBGE), verifica-se que a população urbana de Campos, no final da década de 1980, atingiu 84,46% da população total, um crescimento bastante acentuado e que possui uma relação direta com o ciclo de expropriação do campo e, mais tarde, com o declínio do setor sucroalcooleiro. Mais tarde, as remoções de favelas, iniciadas no

final dos anos de 1990 e que se estenderam até o Programa Morar Feliz,¹ vão operar mudanças significativas na vida urbana, não só no que tange ao processo de valorização e especulação imobiliária, mas, sobretudo, na vida desses grupos subalternos.

As mobilizações periféricas se realizam em torno dos direitos mais fundamentais e que ainda hoje estão ausentes ou se apresentam de modo insatisfatório e precário no cotidiano dos subalternos. Conflitos relativos à mobilidade, à infraestrutura urbana, à saúde, à educação, iluminação pública, ao saneamento básico e à segurança. Embora a moradia não apareça como uma reivindicação das lutas populares em Campos, no período da pesquisa, o déficit habitacional do município indica uma herança de ausência e /ou precariedade das mesmas. A hipótese é a de que a ação dos governos locais, com relação a esta pauta, se antecipou às reivindicações da população, transformando o direito à moradia em “moeda de troca” eleitoral (Oliveira, Pedlowski).

Segundo Mota e Mamani (2012), a “nova” sociabilidade nos conjuntos habitacionais do Morar Feliz acabou criando oposições e hierarquias morais, contribuindo para aprofundar a fragmentação social no interior dos grupos populares e para construir no imaginário popular uma associação entre os moradores das “casinhas” do Morar Feliz e a violência. A violência nestes territórios não produziu apenas protestos, mas, também, ações individuais, como o abandono da casa, o retorno ao território anterior e o comércio das “casinhas”, indicando que, embora os programas de habitação popular tenham eliminado alguns problemas como o da moradia precária e o da ausência de infraestrutura urbana, eles contribuíram para que outros problemas emergissem e/ou fossem aprofundados, pela ausência de um planejamento participativo na condução do projeto, desde a sua origem.

O governo de Garotinho, em 1989, substituindo os governos ligados às oligarquias agrárias da Região, revolucionou a relação entre o governo local e as classes subalternas, criando um vínculo orgânico entre o seu governo e os “de baixo”. Impulsionado pelo processo de redemocratização política e pela nova Carta Constitucional, o governo de Garotinho se comprometeu com programas e políticas sociais importantes, como reforma urbana, moradia popular, assistência social, expansão da rede de creche, de educação e saúde, ações culturais antirracistas, assim como, mobilidade, dentre outras ações completamente inexistentes no município até então. Era uma revolução na forma de governar. Todavia, com o passar do tempo e das intenções políticas do mesmo, as tensões e conflitos no interior do seu partido, o PDT de Brizola, o afastou do campo do centro – esquerda, o que provocou o esgarçamento do seu primeiro governo de alianças. Em seguida, o que se assiste é o recrudescimento de um populismo com tentáculos em quase todos os bairros e instituições. Segundo Cruz (2003), o crescimento dos orçamentos municipais com as rendas petrolíferas, possibilitou a reprodução de um “novo coronelismo” assumido pelas prefeituras da Região, em especial, em Campos. Essas disputas se acirraram no interior da sua aliança, provocando rupturas e novas coalisões à direita, devido as suas pretensões ao governo do estado e à presidência da república. Se, por um lado, o prefeito e governador Garotinho e seus aliados tenham incorporado parte das demandas dos grupos subalternos na agenda pública local, por outro, sua natureza populista e a condução de uma política centralizada e autoritária, contribuiu para fragilizar, ainda mais, a participação autônoma dos grupos populares na vida pública. O sistema articulado de mediadores (cabos eleitorais, vereadores, representantes do partido nos

¹ O Programa de Habitação Popular Morar Feliz (Decreto Municipal n. 55/2011), foi criado com a expectativa de construir 10 mil moradias no período de 2009 a 2016, considerando o déficit local de 11.511 unidades, em 2005, segundo a Fundação João Pinheiro. Até o final do mandato, o governo da prefeita Rosinha Garotinho entregou 6.920 casas.

bairros), com o papel de manter e reproduzir esse clientelismo, impediu o processo de construção de liderança mais legítimas. E mais, as práticas voltadas para eliminar qualquer experiência de organização popular, combinavam, quase sempre, cooptação e coerção e/ou perseguição e, tiveram um alto custo do ponto de vista da democratização das esferas públicas, quase sempre ocupadas por organizações não-governamentais, empresariais, religiosas e profissionais. Ao se referir ao populismo, Santos (1998), afirma que ele emudece o cidadão e paralisa a ampliação da consciência possível, na medida em que oferece resposta apenas às necessidades imediatas, mas não propõe nenhuma mudança, além das mesmas, reproduzindo um vínculo extremamente perverso entre governo e necessitados, em contextos de cidadania incompleta, parcial e limitada. Depois de trinta anos de governos populistas em Campos, os grupos subalternos, em sua maioria, continuam sem interlocução com o Estado, em uma posição que não ultrapassa o denunciamento, o que não significa afirmar que alguns não venham tentando “furar esse esquema”, como é o caso dos catadores de recicláveis e dos moradores da favela da Margem da Linha. Ambos enfrentaram o processo de expropriação dos seus meios de vida, organizando-se e assumindo o protagonismo nas esferas públicas pelo reconhecimento das suas necessidades, seja por meio de parcerias, seja por meio de construção de alianças políticas e institucionais que intermediaram tais conflitos.

Em seguida, apresentarei uma síntese da dinâmica da resistência desses dois grupos, seus conflitos e desafios, identificados pela pesquisa-ação. Trata-se de uma síntese considerando o limite deste relatório.

2.3. Protagonismo e trajetória das Catadoras de Materiais Recicláveis – do lixão às Cooperativas

Ainda que o município tenha cumprido a exigência da PNRS (2010) quanto ao fechamento do seu aterro controlado/lixão, em 2012, substituindo-o pelo aterro sanitário, essa ação não veio acompanhada da inclusão socioeconômica dos catadores. Essa ação unilateral e autoritária provocou a organização dos catadores para negociarem uma alternativa à desocupação de quase 500 catadores e os impactos socioterritoriais do fechamento do lixão da Codin, depois de mais de 20 anos. Nesse sentido, o atual processo de inclusão dos catadores na política de resíduos sólidos local, ainda que precário, é fruto de um movimento largo de mobilizações e intervenções públicas do movimento local dos catadores articulado ao MNCR e às organizações e instituições parceiras, como a UFF, a UENF e a Defensoria Pública.

Mesmo assim, a partir de 2017, em seguida ao Golpe jurídico-político e midiático de 2016 e o *impeachment* da Presidenta Dilma, observa-se um refluxo nas conquistas dos catadores em todo o território nacional e, particularmente, em Campos. As negociações que culminaram na criação das quatro cooperativas (entre 2015 e 2017), por intermédio da participação da Defensoria Pública, foram literalmente se dissolvendo e perdendo legitimidade e reconhecimento por parte dos governos municipais que se sucederam, completamente capturados pela lógica empresarial e por uma agenda conservadora e neoliberal. Mesmo assim, as cooperativas, todas elas presididas por mulheres, vêm resistindo às mudanças operadas pelo empresariamento da política pública de resíduos sólidos, materializado na falta de centralidade da coleta seletiva, nos incentivos à privatização do setor e na mudança de posicionamento quanto aos compromissos com os catadores. Mais do que um lugar de trabalho, as cooperativas vêm se constituindo em um espaço (e relação) particular de reprodução social, com maior poder de decisão e de autonomia, se comparado ao mercado de trabalho assalariado, e com maiores possibilidades de acesso ao debate político, à discussão sobre a desigualdade, ao racismo e ao machismo, pelo papel de protagonismo que essas mulheres vêm exercendo neste movimento desde o início. Embora as cooperativas continuem marcadas pela precarização das condições de trabalho e de remuneração, esse movimento conseguiu “furar” o bloqueio da invisibilidade e da ausência de reconhecimento, ao imprimir as suas necessidades, ainda que parcialmente, na agenda pública onde “o jogo continua

sendo jogado”, chamando atenção para o conjunto de atividades políticas para as quais as mulheres trabalhadoras estão sendo convocadas.

Agora a gente tem galpão, mas não tem resíduo... as cooperativas, suas conquistas e desafios

As mulheres representam 59% dos cooperados das cooperativas de catadores no País (MNCR, 2014), desafiando essas mulheres a participarem não só da autogestão das cooperativas, mas, a se envolverem com as questões relativas à política pública de resíduos sólidos nas diferentes escalas em defesa dos interesses coletivos dos catadores e, também, com as demandas relativas à reprodução social da sua família, às atividades do “cuidado”. Chama atenção a precarização do mercado de trabalho no qual as mulheres, majoritariamente são maioria. Essa relação com atividades de menor prestígio, desvalorizadas socialmente e mal remuneradas cresce na mesma proporção do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo a partir dos anos de 1990, levando alguns autores a denominarem esse processo de “feminização da pobreza”. Segundo Cherfem (2016), a feminização do setor de coleta e triagem não seria representada só pela maioria de mulheres, mas, sobretudo, pelas mudanças que o setor de reciclagem vem sofrendo, na sua base, com a entrada maciça das mulheres, o que vem reconfigurando o mesmo em virtude das necessidades ligadas ao gênero feminino de conciliar o seu trabalho remunerado com a sua agenda de compromissos e atividades no campo da reprodução social e/ou do cuidado. Há muito, a literatura especializada vem chamando a atenção para as taxas de desemprego entre as mulheres, particularmente, entre as mulheres negras, indicando os desafios quanto à inserção das mulheres pobres em postos de trabalho mais valorizados, de melhor remuneração e protegidos socialmente. O motivo apresentado pelas mulheres têm sido as responsabilidades com a reprodução social, especialmente, no caso dos arranjos monoparentais femininos, que as impedem de assumir ocupações formais e com jornadas de trabalho de 44h semanais. Muitas vezes, quando elas conseguem vencer a barreira da seleção para uma vaga no mercado formal de trabalho, nem sempre elas podem contar com a ajuda da família ou das políticas públicas necessárias para continuarem no trabalho, em virtude da focalização e precarização dessas últimas.

No que se refere à participação feminina nas cooperativas de Catadores em Campos, os dados demonstram que, em 2020, as mulheres representavam 63%. Em 2021, elas passaram para 57% e, em 2022, elas chegaram a 54,5%, o menor percentual nesses três anos. Essa queda está ligada aos baixíssimos rendimentos e, por conseguinte ao abandono das cooperativas por parte das catadoras responsáveis por arranjos monoparentais femininos com filhos(as) e, muitas vezes, com netos(as). Outra questão é a demanda das cooperativas pela força de trabalho masculina em função da precarização do espaço e da ausência de equipamentos mais modernos que substituem a força física, o que acaba demandando catadores do sexo masculino. Um exemplo disso, foi o crescimento do número de cooperados jovens do sexo masculino, durante e após a pandemia. Eles já representam 48% dos cooperados, sendo que 62% deles são do sexo masculino. Em 2022, os negros (pretos e pardos) representavam 91% dos cooperados. Entre as mulheres, esse índice era de 83%, confirmando o perfil dos catadores do lixão e do mercado de trabalho local desprotegido e subalterno. De 2017, ano em que todas as cooperativas já estavam em funcionamento, até 2023, houve uma retração de 56,2% dos cooperados, motivada pela queda nos rendimentos.

No que se refere às experiências de trabalho dos cooperados anteriores à cooperativa, observa-se que 61% deles disseram ter trabalhado no lixão e nas ruas como catador. Os demais trabalharam como catadores de recicláveis em empresas de triagem, gari, serviços gerais, trabalhador rural, ajudante de pedreiro, auxiliar de cozinha, cabelereira, barbeiro, faxineira e como auxiliar em borracharia. Embora os dados confirmem a presença dos catadores do lixão nas cooperativas, eles também apontam para um processo de renovação e de diversificação das ocupações anteriores dos cooperados. Além disso, 34% dos cooperados disseram ter até um ano de cooperativa, um índice que se acentuou durante e depois da pandemia com o crescente desemprego e ausência de perspectivas.

Em entrevista, 23% dos cooperados disseram que ganham entre R\$250,00 e R\$350,00 por mês; sendo que 80% deles trabalham na Cooperativa Renascer; 18% afirmaram que recebem entre R\$360,00 e R\$475,00; 45% responderam que ganham entre R\$500,00 e R\$700,00 e 11% entre R\$ 800,00 e R\$1.000,00 mensais. Além de sinalizar para as desigualdades de condições entre as cooperativas, os baixos rendimentos indicam a queda na entrega dos recicláveis pela coleta seletiva que entrou em crise no início do segundo semestre de 2017, em função dos cortes no Orçamento para tal atividade.

Chamou atenção que, entre os cooperados, 68% deles disseram que pretendem deixar a cooperativa, principalmente pelos baixíssimos rendimentos. Mas, apareceram também como respostas *porque não me identifico com este trabalho e porque consideram o trabalho pesado*. Estas representações são típicas de quem nunca trabalhou como catador de reciclável e só se encontra na cooperativa porque não encontrou outra ocupação, como é o caso dos cooperados mais jovens e que foram demitidos durante a pandemia. Diferente destes, 32% disseram que gostariam de continuar na cooperativa porque se identificam com este trabalho, ou nas palavras deles, *“eu gosto e sei trabalhar com reciclável”*, embora eles também tenham críticas aos baixíssimos rendimentos e à ausência de apoio por parte do Poder Público. Em contrapartida, perguntados se gostam de trabalhar nas cooperativas, 95% deles disseram que sim. Pode parecer um paradoxo, mas não é, se considerarmos a sociabilidade construída no processo de trabalho entre os cooperados e, também, a ausência de controle e de uma vigilância externa. Além disso, particularmente as catadoras responderam que valorizam a autonomia na execução do seu trabalho, assim como, a liberdade de poder se ausentar e *“cuidar das minhas coisas”*, dentre outros compromissos cotidianos que impactam a reprodução social das famílias de baixa renda, chefiadas pelas trabalhadoras-mães, em especial, aquelas pertencentes aos arranjos monoparentais femininos, que representam 32% do total dos arranjos familiares entre as cooperadas. O trabalho na cooperativa não é só visto como *fuga do desemprego*, mas também um *trabalho tranquilo e com boas pessoas*, pois segundo os entrevistados, o trabalho é vivenciado entre amigos e familiares, existe uma maior *flexibilidade*, como aponta a pesquisa do NETRAD (2023).

Um último aspecto vem merecendo aprofundamento, embora seja um “velho” conhecido para quem pesquisa o processo de reprodução social das famílias de trabalhadores no Brasil, trata-se do ciclo intergeracional da pobreza. Como foi abordado, 95% dos jovens não concluíram o ensino obrigatório e somente 10% chegaram no Ensino Médio. O principal motivo dessa desistência, como foi observado, é a entrada no mercado de trabalho, sobretudo, em atividades informais do ponto de vista da relação de trabalho e de precarização. A exclusão escolar antes mesmo da evasão chama atenção tanto para as jovens que engravidam na adolescência e abandonam o estudo por ausência de proteção e segurança, quanto para os jovens do sexo masculino que são obrigados a trabalhar, seja para colaborar com a renda familiar, seja para sustentar a sua “nova” família. Os relatos dos jovens catadores indicam que uma grande parte ainda não conseguiu romper com o ciclo intergeracional da pobreza, sobretudo em face do recrudescimento da crise econômica a partir de 2015 e sua agudização com a pandemia da Covid. Tais estudos merecem continuidades e desdobramentos.

2.4. Um ponto “fora da curva” – a resistência dos moradores da favela da Margem da Linha ao processo de remoção implementada do Programa municipal Morar Feliz

Na cidade de Campos, a reconfiguração do espaço urbano, desde os anos de 1990, foram acompanhadas de inúmeras remoções de favelas, ao contrário da tendência em nível nacional, de substituir os processos violentos de remoção pelo de urbanização das favelas. Este processo se intensificou nos anos de 2009 a 2016, durante os governos da prefeita e ex-governadora Rosinha Garotinho que implementou o Programa Morar Feliz, já apresentado no início deste relatório, que deslocou mais de 20 mil pessoas, alterando radicalmente a sociabilidade dos moradores, pela

imposição de uma vulnerabilização civil a essa população, considerando o aumento dos conflitos entre fações pelo controle do comércio varejista de droga no novo território em disputa, silenciadas e naturalizadas pelos governos, como veremos adiante.

As expectativas criadas pelo Complexo E&P de petróleo e gás, com a descoberta do pré-sal, e da instalação do mega Porto do Açú, o município de Campos, pelo seu porte territorial, demográfico e logístico, pela sua infraestrutura e por consistir em um importante polo regional de comércio e serviços, reforçou a posição privilegiada com relação aos demais, para local de residência, considerando os novos empregos criados pelos GI instalados no NF. Essa expectativa de negócios em torno da moradia para os trabalhadores do Porto do Açú gerou uma euforia no mercado, transformando a cidade de Campos em um disputadíssimo objeto da especulação imobiliária por parte das grandes incorporadoras nacionais. Aliado a isso, a crise da agroindústria disponibilizou um imenso estoque de terras ociosas, que poderia vir a ser incorporado à agenda de ocupações do MST num futuro próximo². Assim, aproveitando-se de uma conjuntura econômica de liquidez dos fundos de investimentos, em especial os imobiliários, de apoio político à construção civil e à expansão urbana, como estratégias de criação de emprego e, por fim, da disseminação da lógica de autossegregação, entre os segmentos de maior renda, como forma de enfrentamento da violência urbana, a cidade se transformou em um imenso canteiro de obras: - de um lado as grandes incorporadoras com seus condomínios fechados e, do outro, os conjuntos populares do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e do Morar Feliz (MF). Segundo Manhães e Arruda (2017, p. 10), “verificou-se uma rápida expansão urbana em direção a estas terras (das Usinas), abrindo margem para a especulação imobiliária, acarretando uma grande valorização e a transformação de antigas áreas rurais em “áreas urbanas”. No período entre 1981 e 2014 foram construídos 32 condomínios horizontais fechados em Campos dos Goytacazes (Manhães, Arruda, 2017), dentre outros empreendimentos, como a construção de hotéis de bandeira internacional, de estabelecimentos de atacado e varejo de grandes empresas nacionais e internacionais, e centros de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias que, também, respondem pelas mudanças no uso do solo urbano, favorecendo a concentração fundiária e a especulação. Além da especulação imobiliária e da privatização do espaço público, os condomínios horizontais vêm provocando a ressignificação das áreas periféricas tradicionalmente habitadas pelas frações mais empobrecidas da classe que vive do trabalho, empurrando essa classe em direção às *periferias das periferias*.

Segundo Rolnik (2016), este processo de valorização que vem se apropriando das cidades tem transformado as políticas de habitação em um setor econômico, mais do que em uma política social. O mais grave, segundo ela, não é o acesso à habitação via crédito, mas a expansão do mercado na direção dos mais pobres, metamorfoseando em mercadoria e ativo financeiro algo historicamente definido como política social.

Os protestos registrados pela pesquisa hemerográfica (Almeida, Carvalho), denunciam a falta de vagas nas creches, nas escolas, nos postos de saúde, no transporte público, demonstrando a ausência de planejamento com a participação popular na condução do programa local de habitação popular, fortemente marcado pelo clientelismo. Além de remoções de inúmeras favelas, o MF também promoveu a concessão das “casinhas”, como foram popularmente nomeadas, às famílias

² O período entre 1996 -2006 foi de intensos conflitos pela terra na Região Norte Fluminense e na microrregião de Campos, com a ocupação de terras improdutivas das usinas, protagonizadas pelo MST, num primeiro momento e, depois, pela FETAG (Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura). Atualmente, o NF conta com 17 assentamentos, sendo 11 no município de Campos, correspondendo a 65% do total. A área total dos assentamentos da região é de 23.982 ha, com 57% desse total em Campos, ou seja, 13.607 ha.

que recebiam o benefício socioassistencial do aluguel social e àquelas, de diversas localidades do município, consideradas em “situação de risco”. Findado o primeiro governo, a prefeita foi reeleita, em primeiro turno, com 70% dos votos válidos, confirmando a sua intenção de seguir com o programa MF, um dos seus principais cabos eleitorais. Porém, o segundo mandato, iniciado em 2013, seria marcado por dois fatores: - o primeiro, a crise de 2012, cujos impactos na economia brasileira vão ameaçar os programas sociais, sobretudo, a partir de 2014; o segundo diz respeito às sequelas da primeira fase do MF, em especial, ao deslocamento de populações residentes em áreas sob o comando de facções rivais para os mesmos conjuntos habitacionais. Longe de qualquer registro estigmatizador, a intenção é a de chamar atenção, mais uma vez, para a ausência de participação popular no MF e para o modo irresponsável como foram tratados os conflitos relacionados às disputas entre as facções pelo controle do mercado “de varejo” de drogas.

Os conflitos entre as facções rivais, muitos deles armados, alteraram a sociabilidade cotidiana nos conjuntos do MF, construindo no imaginário popular uma associação entre o MF, violência e homicídios, o que contribuiu para aprofundar, ainda mais, o processo de fragmentação social e de hierarquização, ambos fundados num profundo sentimento de estigmatização com relação ao *outro*, o da “casinha” (Mota, Mamani). Essa violência se tornou o principal motivo das pessoas que deixaram ou que desejam deixar o MF, principalmente nos conjuntos onde há enfrentamento entre as facções rivais, o que fez aumentar o comércio (não-oficial) das “casinhas”. Além desse “troca-troca”, há também a apropriação das “casinhas” por parte do tráfico de drogas, geralmente daquelas pertencentes às pessoas que vieram de comunidades “dominadas” por facções rivais ou àqueles que não aceitam a sua autoridade no território.

De acordo com a pesquisa hemerográfica (Almeida, Carvalho), observa-se que a moradia não aparece como objeto das manifestações coletivas. Uma hipótese, seria o movimento de antecipação, realizado por parte dos governos populistas. Segundo Oliveira e Pedlowski (2012), o aumento do Orçamento municipal, pelas transferências dos *royalties* e participações especiais, vai possibilitar ao governo local incorporar, na sua agenda política, um conjunto de intervenções na área social, com destaque para os programas de transferência de renda e de habitação popular.

No que se refere à Favela da Margem da Linha, cabe registrar que ela foi uma das primeiras (1968) e a maior favela de Campos. Situada à margem esquerda da BR-101 (direção Rio-Campos), e entre esta e o leito da ferrovia, sua origem remonta à década de 1960, período caracterizado pelo processo de expropriação dos trabalhadores do campo, iniciado nos anos de 1950 e que se intensificou nas décadas seguintes com as mudanças nas relações de trabalho. Nesse sentido, os relatos dos moradores da Margem da Linha sobre a ocupação do seu território, coincide com o contexto de expropriação do campo e da ocupação das áreas públicas, neste caso, as margens da linha da Rede Ferroviária Federal, por parte dos trabalhadores rurais das antigas Usinas do Queimado e Cupim, cujas sedes se situavam nas duas pontas da favela. Segundo Pires (2005), “a favela Margem da Linha é considerada linear, estendendo-se ao longo de mais de 7 km, que vai do limite do Parque São Caetano, passando pela Tapera, até os limites da Usina Cupim, próximo ao subdistrito de Ururai” (Pires, 2005). Além disso, Pires (2005) salienta que a Favela Margem da Linha era dividida internamente em três áreas, cada uma com características específicas e delimitadas pela proximidade / distanciamento com relação ao Centro da cidade.

A remoção da Favela da Margem da Linha, em toda a sua extensão, não se deu no mesmo momento. Em 2012, o governo priorizou a remoção das áreas mais distantes do Centro e que seriam removidas para um conjunto habitacional próximo ao antigo, o que não provocou reações

por parte dos seus moradores. Além do mais, a remoção possibilitou que os moradores continuassem juntos. Tais motivos, e mais as condições precárias das moradias e do entorno, favoreceram a remoção desse primeiro grupo de moradores da extensa favela Margem da Linha, o que não ocorreu com os moradores da parte mais central. A proximidade dessa parte da favela da Margem da Linha com o Centro da cidade e, portanto, com o comércio, os equipamentos públicos coletivos e com o mercado de trabalho, não necessitando do transporte público para sua mobilidade, foram considerados aspectos fundamentais para a rejeição da remoção por parte dos moradores, considerando a sua importância e centralidade no processo de reprodução social das famílias pertencentes à classe que vive do trabalho.

Segundo pesquisa realizada por Mendes, Gomes e Siqueira (2014), 33,3% desses moradores nasceram e cresceram na Margem da Linha, e 55% mudaram-se para a comunidade a fim de morar com/ou próximo a seus familiares. E mais, 54,9% dos entrevistados residiam no local há mais de 20 anos, a maioria em casas construídas em regime de autoconstrução. Em setembro de 2012, a prefeitura deu início ao processo de marcação das casas a serem demolidas e registro das famílias que seriam transferidas para o MF de Ururaí II. Ao todo foram marcadas 750 moradias, todas consideradas em “situação de risco” pela Defesa Civil. Sem diálogo com a Comunidade e sem dar qualquer explicação sobre o processo de remoção, o governo deu início ao processo de remoção, no final de novembro de 2014, com a transferência das famílias para o MF Ururaí II, quando se verificou que não havia casas suficientes no novo conjunto do MF para todas as famílias. Sem lugar para ficarem, já que suas moradias haviam sido demolidas, a Prefeitura concedeu o benefício do aluguel social para as mesmas, que depois foram transferidas para um outro conjunto do MF, o Tapera II. Esse fato além de expressar a irresponsabilidade dos gestores, chama atenção também para o descaso para com a população daquele território. Além disso, fica claro para os moradores a falta de intenção do governo de manter a comunidade no mesmo conjunto do MF, sem contar que o MF Tapera II, além de distante, ficava no “meio do nada”. Isso contribuiu para dar fôlego à resistência dos moradores, aumentando o grupo daqueles que queriam permanecer na Margem da Linha. Impiedoso, o governo, retaliou os que permaneceram resistindo, deixando-os entre os escombros e sem energia elétrica após a remoção parcial da comunidade.

Este processo fortaleceu a organização da Comunidade, que junto com a Defensoria Pública, entraram com uma representação na Justiça estadual, reivindicando o direito dos moradores de permanecerem no seu território, lugar que ocupam há mais de 50 anos, questionando o diagnóstico da Defesa Civil de “situação de risco” e o processo de remoção sem a participação dos moradores e sem a garantia de que os moradores ficariam no mesmo conjunto; direito que foi concedido após sentença judicial favorável. Mendes, Gomes e Siqueira (2014), ressaltam que os moradores aceitariam a remoção, desde que fosse confirmada a impossibilidade de realização de melhorias na própria Comunidade, de que toda a comunidade fosse removida para o mesmo local e que este fosse próximo à Favela Margem da Linha. Para uma entrevistada, “a prefeitura poderia pegar o dinheiro do Morar Feliz e arrumar a Margem da Linha. Arrumar as nossas casas aqui mesmo” (Mendes, Gomes e Siqueira (2014)). Se de um lado, a remoção arrancava as raízes criadas ao longo da vida, dificultava as oportunidades de trabalho, pela proximidade do local, e impedia a continuidade das sociabilidades construídas com a vizinhança e as instituições, de outro, ela representava a realização do sonho da casa própria, em situação menos precária do que a existente. Do ponto de vista da especulação imobiliária, a localização da parte A da Favela da Margem da Linha representava a desvalorização das suas “mercadorias” e, por conseguinte, dos seus investimentos. Daí, a rejeição a qualquer ação de melhoria na sua infraestrutura ou de remoção para uma área próxima, como queriam os seus moradores. Dentre os inúmeros

investimentos privados na vizinhança da favela, destacam-se o Boulevard Shopping, a implantação de duas torres de edifícios com mais de dez andares, um hotel de rede internacional e cinco condomínios horizontais fechados, até o ano de 2014, o que contribuiu para acelerar o processo de ocupação e de valorização daquele território, e estigmatizar a Margem da Linha como obstáculo a uma maior valorização. Dentre outros pontos já problematizados, a moradora refere-se ao pessoal dos condomínios, sugerindo um forte sentimento de estigmatização por parte destes com relação aos moradores da Comunidade. Para Caldeira (1997), a *cidade de muros* não reforça a cidadania; antes, estimula a sua erosão, contribuindo, também, com o avanço do processo de privatização da cidade, pela sua captura pela racionalidade mercantil. A resistência dos moradores da Margem da Linha à remoção não foi um ato imediato. Como demonstra o depoimento da moradora, ela foi sendo construída paulatinamente em função da complexidade da situação e da experiência de participação da Comunidade. Na verdade, uma resistência é sempre uma construção gradual, considerando que, ao longo do processo, os sujeitos, neste caso, os moradores, vão apreendendo novos significados e atribuindo novos sentidos ao processo. Isso só foi possível porque essa experiência, assim como a dos catadores, também contou com um amplo arco de alianças, entre eles, movimentos, organizações sociais e instituições públicas, como o as Universidades Públicas, a Defensoria Pública, dentre outros. Essas relações permitiram que metade dos moradores do que restou da Favela da Margem da Linha, após mais de 50 anos, permanecessem no lugar onde escolheram e construíram suas experiências e memórias, ainda que em condições precárias e de negação dos direitos. Cabe investigar agora, como essa experiência marcou a sociabilidade dos moradores, em especial, na sua capacidade de defender os seus interesses comuns.

3. Produção acadêmica (bibliográfica e técnica) no período de 2020 a 2024

Artigo em periódico nacional

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; CRUZ, J. L. V.. DINÂMICA CAPITALISTA, CONFLICTOS Y RESISTENCIAS EN EL NORTE DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO/BRASIL. PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, v. 23, p. 43-64, 2024.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; SOARES, T. Precarização e feminização do trabalho da catação de materiais recicláveis: consequências e desafios. PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, v. 23, p. 1-25, 2024.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. A Terra Prometida com o “lugar” de Catador: trajetórias, conflitos e guetização na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, v. 20, p. 24-35, 2022.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; CRUZ, J. L. V.. Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ. NOVOS CADERNOS NAEA JCR, v. 24, p. 11-36, 2021.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. A pandemia em contexto de vulnerabilidade socioeconômica: algumas considerações sobre Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. VÉRTICES (CAMPOS DOS GOITACAZES), v. 23, p. 325-350, 2021.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; CARVALHO, Pollyana de S. Cartografias dos conflitos e da ação coletiva em Campos dos Goytacazes/RJ na entrada do século XXI. VÉRTICES (CAMPOS DOS GOITACAZES), v. 22, p. 546-563, 2020.

Capítulo de livro:

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Ações coletivas e políticas públicas - o caso dos catadores de recicláveis. In: Carlos Antônio de Souza Moraes; Juliana Thimóteo Nazareno Mendes. (Org.). A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos. (e-book). 23ed.Campos dos Goytacazes: Essentia / IFF, 2022, v. , p. 200-220.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Campos dos Goytacazes: entre becos e saídas? por Erica Terezinha Vieira de Almeida. In: Marcos A. Pedlowski ; Fábio Py.. (Org.). Campos dos Goytacazes: entre becos e saídas. E-book.. 1ed.São Paulo: Editora Recriar, 2020, v. , p. 135-159.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. In: Luciana Corrêa do Lago; Irene Mello, Fernanda Petrus. (Org.). Da cooperação na cidade à cidade cooperativa. 1ªed.Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020, v. , p. 81-118.

Artigos completos em ANAIS (Congresso Internacional):

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; SOARES, T. . Catadores de recicláveis: desafios enfrentados pela política de resíduos sólidos. In: 10º Encontro Internacional de Política Social e 17º Encontro Nacional de Política Social, 2024, Vitória/ES. Anais do 10º Encontro Internacional de Política Social e 17º Encontro Nacional de Política Social, 2024.

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA; SOARES, T. . Ação coletiva e autogestão na periferia urbana: uma análise sobre as cooperativas de catadores de recicláveis de Campos dos Goytacazes/RJ. In: XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: Reconexões e desafios a partir do sul global, 2023, Niterói/RJ. XIV RAM, 2023.

SOARES, T. ; **ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA** . PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: o papel do racismo e do patriarcado na reprodução social das mulheres catadoras. In: XI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2023, São Luis/MA. "REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA: formação da consciência de classe na luta de hegemonias? - Cem anos de História e consciência de classe de Lukács., 2023.

SOARES, T. ; **ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA** . PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: o papel do racismo e do patriarcado na reprodução social das mulheres catadoras. In: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023, São Luis/MA. XI Jornada Internacional de Políticas Públicas - Reificação Capitalista e Emancipação Humana como necessidade Histórica . Formação da consciência de classe na luta pela hegemonia., 2023.

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. A Terra Prometida com lugar de Catador: trajetórias, conflitos e guetização na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. In: XX Seminário de Integração Regional, promovido pela Universidade Candido Mendel, 2022, Campos dos Goytacazes. Os desafios do planejamento regional e urbano frente às demandas socioeconômicas. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2022.

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. TRABALHO, SUBALTERNIDADE E O PROTAGONISMO FEMININO NA PERIFERIA URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. In: X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (JOINP), 2021, São Luis/MA (evento remoto). Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia. Consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. São Luis/MA: UFMA, 2021.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Experiências de resistência à remoção dos moradores da favela da Margem da Linha. In: 15º Encontro Nacional e 8º Encontro Internacional de Política Social, 2020, Vitória/ES. Questão Social, violência e segurança pública: desafios e perspectivas, 2020.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; CARVALHO, P. S. . Lutas Sociais por direitos em Campos dos Goytacazes/RJ. In: 15º Encontro Nacional e 8º Encontro Internacional de Política Social, 2020, Vitória/ES. Questão social, violência e segurança pública: desafios e perspectivas, 2020.

Resumos publicados em Anais de congressos

OLIVEIRA, E. V. ; GRACA, W. P. C.; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Autoconstrução, resistência e ação coletiva na Margem. In: XVI Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica, 2024, Campos dos Goytacazes. Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica e IX Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 2024.

GRACA, W. P. C. ; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de . AUTOCONSTRUÇÃO, RESISTÊNCIA E AÇÃO COLETIVA NA MARGEM. In: XXXIV Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal Fluminense, 2024, Niterói/RJ. Prêmio Vasconcelos Torres, 2024.

SOARES, T. ; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de . A luta coletiva das catadoras de materiais recicláveis pelo direito ao trabalho e seus desdobramentos no enfrentamento ao racismo. In: XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica / VIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 2023, Campos dos Goytacazes. XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica / VIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 2023.

PESSOA, F. S. ; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de . Conflitos e resistências na periferia urbana: um olhar sobre o mercado de trabalho juvenil a partir das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Campos dos Goytacazes. In: XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF, 2022, Campos dos Goytacazes. XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF, 2022.

SOARES, T. ; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de . CONFLITO E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA URBANA - um olhar sobre gênero e raça na catação. In: XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF, 2022, Campos dos Goytacazes. XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF. Campos dos Goytacazes, 2022.

CAMPOS, L. R. D. ; **ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de** . Trabalho, Gênero e Geração na periferia urbana: um olhar sobre a feminização do trabalho na reciclagem e a presença de jovens do sexo feminino. In: XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF, 2022, Campos dos Goytacazes. XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica UENF, UFF e IFF, 2022.

PESSOA, F. S. ; **ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de** . Conflitos e Resistências na periferia urbana: um olhar sobre o mercado de trabalho juvenil nas Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Campos dos Goytacazes. In: CONFLICT, 2021, Campos dos Goytacazes. XIII Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica/ IV Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 2021.

SOARES, T. ; **ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de** . Catadoras de Materiais Recicláveis: uma discussão de gênero, raça e o direito ao trabalho. In: CONFLICT, 2021, Campos dos Goytacazes. XIII Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica/ IV Congresso Fluminense de Pós-Graduação, 2021.

PESSOA, F. S. ; **ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA** . CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA PERIFERIA URBANA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. In: XXXI Seminário Vasconcelos Torres de Iniciação Científica da UFF 2020/2021, 2021, Niterói/RJ. remoto. XXXI Seminário Vasconcelos Torres de Iniciação Científica da UFF 2020/2021. NITERÓI/RJ: digital, 2021.

SOARES, T. ; **ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA** . MULHERES NEGRAS: O RETRATO DA PRECARIZAÇÃO NA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS TATIANE LEITE SOARES. In: XXXI Seminário Vasconcelos Torres de Iniciação Científica da UFF 2020/2021, 2021, Niterói/RJ. remoto. XXXI Seminário Vasconcelos Torres de Iniciação Científica da UFF 2020/2021. NITERÓI/RJ: UFF, 2021.

Artigos de Opinião em Jornal local e nacional

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. O que querem os catadores de recicláveis de Campos? Jornal Folha da Manhã. Observatório das Metrôpoles nas Eleições 2024, Campos dos Goytacazes/RJ, 26 ago. 2024.

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. Coleta Seletiva sem Catador é lixo. JORNAL FOLHA DA MANHÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, 27 fev. 2021.


ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. A incineração de resíduos urbanos. Jornal Ururau on-line, 05 jul. 2020.


Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Campos tem queda no número de pessoas vivendo em favelas. 2024.


(Programa de rádio ou TV/Comentário). 


ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; PEDRO, S ; VIEIRA, T. . A importância do descarte do lixo na área urbana. 2024. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. Catadores de reciclados na luta pela sobrevivência. 2023. 

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE COLETA SELETIVA COM A PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. Gestão dos resíduos sólidos de Campos não contempla catadores. 2021.

(Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. Campos tem 45 mil famílias na extrema pobreza. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. A Conta e a Câmara. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. O fim da Coleta Seletiva Solidária em Campos - a quem interessa?. 2023; Tema: Política de Resíduos Sólidos e a inclusão socioeconômica dos catadores de recicláveis. (Blog).

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. A covid-19 e a desigualdade social em Campos dos Goytacazes (RJ). 2020; Tema: Desigualdade e pandemia. (Site).

Demais produções técnicas

★ **ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de.** O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes. 2021. (Relatório de pesquisa).

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. A Resistência da Linha. 2024. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Documentário). Disponível no YOUTUBE <https://youtu.be/MknQ1jf5Hcs?si=cl-4vTBId6MQjmMJ>

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. Memórias e Resistências dos Catadores de Campos dos Goytacazes. 2023. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Documentário). Disponível no YOUTUBE <https://youtu.be/5qC1b9XN4kw?si=zObjUK4OIIOfIOR6>

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; SIQUEIRA, Antenora M. da Mata; ECHKARDT, Anna Paula; Coelho, Maria Clélia Pinto. Oficina de Planejamento Participativo com as Cooperativas de Catadores de Recicláveis de Campos dos Goytacazes/RJ. 2020. (Organização).

Participação como Organizadora (junto com a Câmara Municipal de Campos, o Mandato do Vereador Fred Machado e as Cooperativas de Catadores de Recicláveis) da Organização da Audiência Pública sobre a Política Municipal de Coleta Seletiva com a participação das Cooperativas, em conformidade com a Lei 12.305/2010 e como palestrante na Audiência.

Trabalho de Conclusão de Curso relacionada à pesquisa (orientação)

Tatiane Leite Soares. Reprodução Social e Interseccionalidade na trajetória de vida e de trabalho das catadoras de Recicláveis de Campos/RJ. 2023.

Franciele da Silva Pessoa. JUVENTUDES E O MUNDO DO TRABALHO: um debate sobre os jovens das cooperativas de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes. 2023.

Letícia Ramos Dias Campos. TRABALHO E GÊNERO NAS COOPERATIVAS DE CATADORES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: Uma análise sobre a intergeracionalidade da pobreza. 2023.

Trabalhos Apresentados

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA; SOARES, T. . Ação coletiva e autogestão na periferia urbana: uma análise sobre as cooperativas de catadores de recicláveis de Campos dos Goytacazes/RJ. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

ALMEIDA, ÉRICA TEREZINHA VIEIRA. A participação das cooperativas na coleta seletiva e sua contratação pela pmcg. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. A Terra Prometida com o Lugar de Catador: trajetórias, conflitos e guetização na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).